



PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA – 04.10.2021

- ABERTURA DA SESSÃO PELO PRESIDENTE

- *01 – Saudações aos presentes.*
- *02 – Leitura e Votação da Ata da Última Sessão Ordinária.*

LEITURA DAS PROPOSIÇÕES:

❖ A - PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei nº 51/2021 de autoria do Executivo que estima receita e fixa a despesa do Município de Realeza para o exercício financeiro de 2022.

❖ B – INDICAÇÕES

Indicação nº 100/2021 de autoria do Vereador Claudemir de Chaves, para que tenha um ou mais dentista disponível para atender no posto de Saúde Central.

Indicação nº 101/2021 de autoria do Vereador Joelei Basso, para que seja feito asfalto Rua São Paulo, necessariamente da esquina da Avenida Bruno Zuttion até a esquina da Avenida Getúlio Vargas.

Indicação nº 102/2021 de autoria do Vereador Joelei Basso, para que seja feita uma sala em alvenaria com um banheiro, para abrigar os motoristas que trabalham no setor de fretes, taxista e mototáxi, que fica localizado na praça central de Realeza, como exemplo no centro de outros municípios.

Indicação nº 103/2021 de autoria do Vereador Bento Emiliano, para que seja implantado no município o projeto de lei PROGRAMA JUROS ZERO, de instituições financeiras e cooperativas de crédito, às empresas e agricultores afetados pela econômica e financeiramente em vista da Pandemia da COVID-19.





❖ C – USO DA TRIBUNA LIVRE

- Sra. Carme Cerutti e Lidiane Bellé, representantes da Pastoral da Criança, inscrito no uso da tribuna para falar sobre a Semana da Vida de Realeza com o tema: “Família Santuário da Vida.”

- Sr. Padre Vanderlei Pavan, inscrito no uso da tribuna para tratar sobre a situação da Gruta e ampliação do tratamento de esgoto.

ORDEM DO DIA:

1ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 31/2021 de autoria do Executivo que autoriza o chefe do poder executivo municipal a contratar operação de crédito para financiar a execução de projetos de investimento no município de Realeza e dá outras providências.

1ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 50/2021 de autoria do Executivo que ratifica a 2ª alteração do Protocolo de Intenções do consórcio intermunicipal e interestadual de municípios – Santa Catarina Paraná e Rio Grande do Sul – de segurança alimentar, atenção a sanidade agropecuária e desenvolvimento local – CONSAD e dá outras providências.

1ª Discussão e Votação - Projeto de Lei Complementar nº 01/2021 de autoria do Executivo que altera a Lei Complementar nº 04/2019 de 03 de junho de 2019, que dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências.

1ª Discussão e Votação - Projeto de Lei Complementar nº 02/2021 de autoria do Executivo que altera a Lei Complementar nº 02/2020, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo – Zoneamento – no Município de Realeza e dá outras providências.





2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 44/2021 de autoria do Executivo que dispõe sobre o plano plurianual de governo do município de Realeza para o período de 2022/2025.

2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 45/2021 de autoria do Executivo que altera o artigo 5º, caput, da lei nº 1.148, de 12 de fevereiro de 2008, bem como revoga os seus incisos I a X e § 1º e 2º, e dá outras providências.

2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 46/2021 de autoria do Executivo que autoriza o Poder Executivo a conceder aditivo de contrato de cessão de uso com o objetivo de incentivar a exploração econômica no ramo de alimentação, equipamentos turísticos e serviços de atendimento ao turista no lago Municipal, à Vilmar Antônio Comin & Cia Ltda. – EPP, inscrito no CNPJ sob nº 94.505.559/0001-17.

2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 47/2021 de autoria do Executivo que autoriza abrir um crédito adicional especial no orçamento do município para o exercício de 2021.

2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 48/2021 de autoria do Executivo que autoriza abrir um crédito adicional especial no orçamento do município para o exercício de 2021.

2ª Discussão e Votação - Projeto de Lei nº 49/2021 de autoria do Executivo que altera o art. 6º da Lei Municipal nº 1.573, de 1º de julho de 2014, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar convênio, firmar contrato e efetuar pagamento complementar ao sus-sistema único de saúde e dá outras providências.

COMUNICADOS FINAIS -
